FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

PROJETO MORADIA PRIMEIRO:
avaliação executiva

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador

Romeu Zema Neto

Vice-Governador

Mateus Simões

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Silvia Caroline Listgarten Dias

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Luciana Lopes Nominato Braga

Vice-Presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Kamila Pagel de Oliveira

Coordenadora-Geral

Rosânia Rodrigues de Sousa

Coordenação de Editoração

Ana Paula da Silva

Ariane Machado

Graziella Napoli Terra Caldeira

Marielle Durães Ferreira

SOLICITANTE

ASSOCIAÇÃO PASTORAL NACIONAL DO POVO DA RUA

PROJETO MORADIA PRIMEIRO:

Avaliação Executiva

BELO HORIZONTE

2025

Fundação João Pinheiro
Alameda das Acácias, 70
São Luiz
Belo Horizonte – MG
CEP 31.275-150
Telefones: (31)3448-9711
E-mail: comunicação@fjp.mg.gov.br
Site: http://www.fjp.mg.gov.br

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Tomaz Duarte Moreira

ELABORAÇÃO (DISCENTES)

Cecília Versiani Caldeira Rocha

Giulia Jácome Aguiar Furtado

João Gabriel Pereira de Oliveira

Julia Siqueira Reis

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

SUMÁRIO

1 SOBRE O PROJETO MORADIA PRIMEIRO 5

2 METODOLOGIA 6

3 DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO 10

3.1 Caracterização do projeto 10

3.2 Diagnóstico do problema 11

3.3 Desenho do projeto 13

3.4 Processos 17

3.5 Percepção dos beneficiários 21

3.6 Efeitos observados 24

3.7 *Insights* sobre eficiência e economicidade 27

4 RECOMENDAÇÕES 30

4.1 Comentários da Pastoral a respeito das recomendações apresentadas 32

4.2 Análise da equipe de avaliação sobre os comentários da Pastoral em relação às recomendações apresentadas 33

5 ANÁLISE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA BASEADA NA METODOLOGIA MORADIA PRIMEIRO 35

REFERÊNCIAS 37

APÊNDICE A: COMPARAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS 39

APÊNDICE B: TAMANHO DE EQUIPE *HOUSING FIRST*: SAM TSEMBERIS 42

APÊNDICE C: TAMANHO DE EQUIPE *HOUSING FIRST*: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE 44

1 SOBRE O PROJETO MORADIA PRIMEIRO

O Projeto Moradia Primeiro é uma iniciativa voltada para enfrentar o problema da falta de moradia em Belo Horizonte, com ênfase em uma abordagem habitacional baseada no modelo *Housing First*. O *Housing First* (ou "Moradia Primeiro") é uma abordagem que parte do princípio de que o acesso à moradia digna é um direito fundamental e deve ser a primeira providência para pessoas em situação de rua, sem a exigência de condições prévias, como estar empregado ou tratar dependências. Essa metodologia prioriza a segurança habitacional como base para a reconstrução da autonomia e da dignidade, com suporte contínuo para que os beneficiários possam permanecer nos lares.

O projeto, objeto desta avaliação, baseia-se no modelo *Housing First* (Moradia Primeiro) e foi desenvolvido a partir de uma parceria entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), a Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua (Aspan) e o Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS), com execução iniciada em fevereiro de 2023. Com duração prevista de 24 meses (posteriormente estendida para 30 meses), a meta é beneficiar aproximadamente 100 famílias e/ou indivíduos em extrema vulnerabilidade, oferecendo moradia por meio de aluguel solidário e suporte técnico-social contínuo.

A criação do projeto Moradia Primeiro ocorre em um contexto de agravamento das necessidades habitacionais, evidenciado pelos dados da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagicad). Esses dados mostram que, nos últimos dez anos, o número de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) em Belo Horizonte aumentou expressivamente, passando de 1.451 famílias em 2012 para 12.841 em 2023. A pandemia de Covid-19 desempenhou um papel significativo nesse aumento, já que 35% dos entrevistados afirmaram ter passado a viver nas ruas após o início da pandemia. Esse período intensificou as vulnerabilidades econômicas e sociais, agravando a condição de milhares de pessoas.

Além disso, observa-se um envelhecimento da população em situação de rua (PSR) e o aumento no tempo de permanência nessa condição, acompanhado por relatos crescentes de transtornos mentais tratáveis. Apesar disso, há uma expressiva vontade de superação: 91,4% das pessoas em situação de rua desejam sair das ruas, identificando o acesso à moradia e ao trabalho assalariado como os principais meios para reconstruir suas vidas de forma digna e integrada à sociedade.

O Moradia Primeiro atua para responder a essas necessidades críticas, proporcionando um ambiente seguro e apoio multidisciplinar para aqueles que, devido à longa exposição à vulnerabilidade, enfrentam dificuldades consideráveis para a reestruturação de suas vidas. O projeto adota uma abordagem centrada no indivíduo, com suporte técnico-social contínuo, que envolve a inserção comunitária e o desenvolvimento de uma rede de apoio para cada participante. Os beneficiários são selecionados entre aqueles que apresentam um histórico crônico de vida nas ruas, incluindo pessoas com deficiência, comorbidades e outras vulnerabilidades. Para esses indivíduos e essas famílias, o projeto oferece uma oportunidade de acessar um lar e uma estrutura de acolhimento que busca restaurar direitos e dignidade.

A implementação do projeto representa uma mudança significativa na forma de tratar a questão da PSR em Belo Horizonte, onde o crescimento da vulnerabilidade social tem sido uma preocupação crescente. A experiência do Moradia Primeiro combina o modelo *Housing First* com o aluguel solidário, o que significa utilizar imóveis já existentes para abrigar as pessoas atendidas, em vez de investir em novas construções. Essa abordagem aproveita imóveis ociosos, reduzindo custos e evitando impactos ambientais associados a grandes obras. Também promove a ocupação racional do espaço urbano, combatendo a subutilização de bens imobiliários.

Esse modelo é especialmente relevante considerando os dados do Censo Demográfico de 2023, que indicam a existência de mais de 108 mil domicílios não ocupados em Belo Horizonte, enquanto o número de pessoas em situação de rua na cidade é de cerca de 5,3 mil. Essa disparidade demonstra que, em teoria, há imóveis disponíveis para abrigar toda essa população, com ampla margem, o que reforça a viabilidade do projeto.

O uso desses imóveis ociosos como moradia digna não apenas atende às necessidades habitacionais imediatas, mas também contribui para o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, com maior justiça social e melhor aproveitamento dos recursos urbanos existentes. Portanto, essa experiência pode servir como modelo para a formulação de políticas públicas que priorizem o direito à moradia e a sustentabilidade urbana.

2 METODOLOGIA

A avaliação do projeto Moradia Primeiro foi conduzida pela Fundação João Pinheiro (FJP), utilizando uma metodologia que combinou pesquisa documental, entrevistas com membros da equipe do projeto e encontros presenciais com beneficiários. Essa abordagem metodológica foi selecionada para oferecer uma análise abrangente e externa da implementação, das operações e dos resultados preliminares alcançados pelo projeto, com o objetivo de fornecer uma visão estratégica que pudesse contribuir para o aprimoramento e a sustentabilidade do projeto.

A avaliação executiva, que fundamentou o estudo, é uma metodologia desenhada para verificar se um projeto está operando conforme seus objetivos e atendendo efetivamente às necessidades de seu público-alvo. Esse tipo de avaliação *ex post* é especialmente indicado para análises rápidas e econômicas, com foco em obter uma visão ampla sobre a performance da política em diversas dimensões ao longo de sua vigência (Ipece, 2021). Sua flexibilidade e menor exigência de recursos permitem que aspectos essenciais do projeto sejam avaliados de forma ágil, oferecendo *insights* tanto sobre o progresso alcançado quanto sobre possíveis áreas de aprimoramento.

A realização dessa avaliação, conduzida pela equipe da FJP, garantiu uma análise independente e objetiva. Esse distanciamento permitiu identificar, com imparcialidade, os avanços e desafios observados na implementação do modelo *Housing First* no contexto local, proporcionando uma visão crítica sobre os processos, a efetividade das práticas e o alinhamento do Moradia Primeiro aos objetivos de acolhimento e reintegração social.

Por sua vez, a pesquisa documental consistiu em uma análise criteriosa de relatórios e documentos administrativos, entre eles o relatório de prestação de contas, que forneceu informações valiosas sobre o desempenho financeiro e o cumprimento das metas operacionais do projeto. Esses documentos ajudaram a compor uma base sólida de dados sobre os aspectos financeiros e gerenciais, permitindo uma compreensão mais detalhada da sustentabilidade do projeto e das práticas administrativas adotadas.

Além da pesquisa documental, foram realizadas entrevistas *on-line* com dez membros da equipe do projeto, cada um desempenhando um papel crucial na execução e gestão do Moradia Primeiro. Participaram das entrevistas a coordenadora do projeto, uma cuidadora social, uma enfermeira, duas educadoras sociais, dois gestores, dois agentes sociais e um representante do Ministério Público. A

diversidade desses cargos possibilitou uma coleta de percepções ricas e variadas, abrangendo desde a gestão estratégica até o atendimento direto aos participantes. As entrevistas foram realizadas em formato semiestruturado e permitiram que os entrevistados compartilhassem suas experiências e opiniões sobre os métodos de trabalho, os desafios cotidianos e a percepção dos impactos do projeto, contribuindo para uma visão aprofundada acerca dos processos internos.

Paralelamente, foram realizados dois grupos focais compostos por participantes do projeto, de forma presencial. Essa metodologia foi essencial para captar, de forma direta e participativa, a experiência daqueles que vivenciam o impacto do Moradia Primeiro em seu cotidiano. Os grupos focais possibilitaram uma troca espontânea de percepções, na qual os beneficiários puderam relatar como a intervenção habitacional influenciou suas vidas, os desafios que ainda enfrentam e as mudanças percebidas desde que passaram a fazer parte do projeto. Esse diálogo entre os beneficiários e a equipe avaliadora contribuiu para uma compreensão mais ampla e realista dos efeitos sociais e subjetivos da iniciativa.

Para alcançar esses objetivos, a avaliação foi orientada por sete dimensões principais, cada uma correspondendo a diferentes aspectos essenciais do projeto:

a) Dimensão 1 – Caracterização do projeto: para entender o contexto e a estrutura inicial do Moradia Primeiro, foi realizada uma análise documental, com foco na identificação do projeto, sua criação e seus objetivos, e nos critérios de inclusão dos participantes. Essa dimensão investigou também a relação institucional com o Ministério Público e o Conselho Gestor, oferecendo uma base sólida sobre o funcionamento estrutural e as diretrizes do projeto;
b) Dimensão 2 – Diagnóstico do problema: utilizando uma pesquisa bibliográfica exploratória, a avaliação examinou a relevância do Moradia Primeiro no contexto das políticas públicas para a PSR. Foram investigadas as estimativas dessa população tanto em nível nacional quanto em Belo Horizonte, além das políticas vigentes e das normativas que atuam em favor desse público. Com isso, foi possível identificar os diferenciais do Moradia Primeiro em comparação com as iniciativas existentes;
c) Dimensão 3 – Desenho: a estrutura do projeto foi estudada por meio de uma análise documental voltada para avaliar a existência e adequação de seu desenho. Essa dimensão

incluiu a construção do modelo lógico do projeto, elaborando um Mapa de Processos e Resultados (MaPR) que permitiu uma visão detalhada sobre o fluxo e a organização das atividades e intervenções;

d) Dimensão 4 – Processos: a eficiência dos processos operacionais foi examinada a partir de entrevistas com membros da equipe do projeto e da análise documental. Aspectos como o cumprimento das metas planejadas, a atuação das equipes, a articulação com serviços públicos e a implementação de políticas, como a de redução de danos, foram avaliados para verificar se os processos estabelecidos contribuem para a efetividade do projeto e para a segurança e bem-estar dos envolvidos;

e) Dimensão 5 – Percepção dos beneficiários: com a metodologia de grupo focal, foram exploradas as percepções dos beneficiários sobre a estrutura e os serviços oferecidos pelo projeto. Questões como a qualidade das moradias, o suporte oferecido, a participação dos usuários nas decisões do projeto e o impacto percebido em suas vidas foram abordadas para captar a experiência direta dos beneficiários e identificar aspectos que possam demandar ajustes;

f) Dimensão 6 – Efeitos observados: para avaliar os efeitos do projeto sobre os beneficiários, foram realizados grupos focais, entrevistas e análise documental. Essa dimensão abordou os progressos observados nos usuários, incluindo vínculos sociais, condições de trabalho, saúde, e padrões de uso de substâncias. Também foi investigada a percepção dos funcionários sobre os resultados obtidos e a taxa de retenção de usuários, assim como os motivos de possíveis desistências;

g) Dimensão 7 – *Insights* sobre eficiência e economicidade do gasto: com uma combinação de análise documental e pesquisa exploratória, foram analisados os aspectos financeiros do projeto, buscando entender a economicidade do modelo adotado em comparação com o modelo etapista. Questões sobre alocação de recursos, a conformidade entre os gastos efetivos e o planejamento inicial também foram exploradas, contribuindo para um diagnóstico financeiro do projeto.

Sendo assim, a metodologia utilizada para avaliar o Moradia Primeiro triangulou dados qualitativos e quantitativos, integrando percepções de diversos atores do projeto, desde os documentos

institucionais e o relatório de prestação de contas até as entrevistas com a equipe e as discussões dos grupos focais. Esse enfoque permitiu uma análise multidimensional e detalhada do projeto, proporcionando uma base sólida para recomendações que busquem aprimorar sua execução e fortalecer sua eficácia a longo prazo.

3 DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO

Para compreender com profundidade a implementação, os resultados e os desafios do Projeto Moradia Primeiro, a avaliação foi estruturada em sete dimensões fundamentais. Essas dimensões cobrem desde os aspectos estruturais do projeto — como seu desenho e articulação institucional — até os impactos percebidos por beneficiários e a eficiência dos recursos aplicados.

Essa abordagem permitiu uma análise sistemática e estratégica do projeto, combinando evidências documentais, entrevistas com a equipe técnica e grupos focais com os participantes. O objetivo foi obter uma visão abrangente e realista, capaz de subsidiar decisões futuras e o aprimoramento contínuo da iniciativa.

Abaixo, são apresentadas as sete dimensões avaliadas:

3.1 Caracterização do projeto

O projeto Moradia Primeiro apresenta uma estrutura inovadora e ambiciosa que visa abordar o problema da falta de moradia de maneira abrangente, ao se posicionar como um modelo de assistência habitacional emergencial para indivíduos em situação de rua em Belo Horizonte. A identificação do projeto destaca seu propósito central de oferecer moradia estável como condição inicial e essencial para o desenvolvimento da autonomia e da dignidade dos beneficiários. Além do objetivo central, o projeto se desdobra em ações que buscam: melhorar a saúde física e mental dos beneficiários; facilitar o acesso a direitos e políticas públicas; promover a convivência comunitária e a sustentabilidade; apoiar os participantes na construção de uma vida autônoma e cidadã (Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua, 2023). No entanto, as próprias formulações e implementações do projeto apontam para desafios inerentes a essa abordagem, especialmente diante da complexidade do perfil da população atendida e das restrições do financiamento atrelado a compensações ambientais.

A parceria interinstitucional entre o MPMG e a Aspan, com o apoio do CeMAIS, constitui um ponto forte do projeto. Parte integrante da segunda fase do Programa Meio Ambiente Acolhe – Cuidar é nossa natureza, o Moradia Primeiro é financiado com recursos provenientes de medidas compensatórias ambientais, conforme o Termo de Compromisso da Ação Civil Pública n° 5055004-90.2021.8.13.0024. O orçamento atual é de R$ 5,4 milhões, destinado a implementar o modelo *Housing First* por meio do aluguel solidário, beneficiando cerca de 100 famílias em situação de rua (Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua, 2023).

Desse modo, o financiamento por meio de medidas compensatórias ambientais, viabilizado pela plataforma do Ministério Público, reflete uma abordagem inovadora e integrada para lidar com os impactos socioambientais que envolvem a PSR, reconhecendo-a como um grupo vulnerável de "refugiados climáticos". Essa perspectiva amplia a compreensão da falta de moradia, incorporando o contexto ambiental em que essas pessoas estão inseridas.

No entanto, essa fonte de financiamento apresenta desafios significativos. A dependência de recursos atrelados a medidas ambientais pode limitar a expansão e a continuidade do projeto, especialmente diante da complexidade crescente da demanda. Além disso, o Ministério Público apresenta o limite de duração dos projetos de até 24 meses, com pouca margem para prorrogações, que dependem da existência de saldo financeiro. Essa limitação dificulta o planejamento de longo prazo e pode comprometer a sustentabilidade das ações implementadas.

A concepção do projeto é robusta em seu propósito de fornecer não só moradia, mas também apoio técnico-social contínuo para os beneficiários. Contudo, essa estrutura exige uma resposta ágil e coordenada que possa acompanhar as flutuações de demandas de uma população em situação de vulnerabilidade extrema, aspecto que ainda se mostra desafiador.

Os objetivos do Moradia Primeiro, centrados na oferta de moradia digna e na promoção da reintegração social dos participantes, apresentam um alinhamento sólido com o modelo *Housing First*, reconhecido mundialmente como eficaz no tratamento de problemas crônicos de falta de moradia. Entretanto, a aplicação desse modelo dentro de uma política pública local enfrenta tensões com questões práticas, como a adaptação dos beneficiários ao novo ambiente habitacional e a necessidade de articulação com locatários, serviços públicos e comunitários. Esses desafios evidenciam a importância de

um planejamento estratégico de longo prazo, de uma infraestrutura capaz de sustentar o acompanhamento dos beneficiários e de expandir o projeto de forma responsável e contínua.

Por fim, no que diz respeito à governança do projeto, o Conselho Consultivo — liderado pelo Ministério Público —, a Comissão Gestora e a Coordenação — conduzidas pela Pastoral —, operam de forma coesa e colaborativa, como evidenciado pela proximidade entre essas entidades e pelo alinhamento das atividades com as diretrizes definidas. Essa proximidade parece garantir que o projeto seja executado com atenção à sua proposta inicial e com a devida prestação de contas. Todavia, apesar da colaboração estreita e do apoio estratégico do Conselho, certos desafios na execução prática continuam exigindo ajustes no planejamento. Por exemplo, a alta rotatividade dos participantes e as dificuldades em encontrar moradias representam fatores que poderiam beneficiar de um planejamento inicial mais flexível e adaptativo.

3.2 Diagnóstico do problema

A PSR, no Brasil, está crescendo de forma significativa nos últimos anos, impulsionada por fatores como exclusão econômica, falta de emprego e déficit habitacional; fragilização ou quebra de vínculos sociais, especialmente na família; e problemas de saúde, principalmente mental, como apresentado em um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Montferre, 2023). No entanto, o cálculo exato que determina essa parcela da sociedade é difícil de ser realizado, uma vez que os dados são coletados verificando o número de pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico.

De acordo com dados levantados pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (Marins, 2024), entre dezembro de 2023 e setembro de 2024, cerca de 176 pessoas por dia passaram a viver nessa condição, elevando o total para 309.998 indivíduos. Já no cenário mineiro, segundo dados do CadÚnico de 2023, 12.841 famílias encontravam-se em situação de rua apenas na capital, Belo Horizonte. Por certo, tais dados evidenciam uma vulnerabilidade social extrema, marcada pela precariedade no acesso a direitos básicos como moradia, saúde e alimentação.

A partir dessa perspectiva, é válido apresentar as políticas públicas em progresso em Belo Horizonte para atender à PSR, que incluem programas como o Consultório na Rua, os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP) e os abrigos temporários, além de iniciativas emergenciais, como a distribuição de alimentos. Apesar de carregar grande

importância, essas ações são majoritariamente fragmentadas e de caráter paliativo, não atacando o problema estrutural da falta de moradia. Isso reflete a dificuldade em implementar soluções de longo prazo e em integrar os diversos serviços necessários para promover uma real inclusão social.

Ademais, as normativas vigentes também reforçam a necessidade de medidas específicas. Em nível federal, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída pelo Decreto n° 7.053/2009, estabelece diretrizes para a garantia de direitos e a promoção da inclusão social, por meio da garantia ao acesso às políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda. Em Minas Gerais, o Plano Estadual de Políticas para a População em Situação de Rua busca articular ações de saúde, assistência social e habitação, enquanto no âmbito municipal, o Decreto Municipal n° 16.730/2017 de Belo Horizonte prevê programas específicos para essa população. Embora haja um arcabouço normativo que norteia essas iniciativas, a implementação enfrenta desafios como a falta de recursos, a articulação entre os diferentes níveis de governo e a resistência de setores da sociedade.

Nesse contexto, o projeto Moradia Primeiro apresenta um diferencial importante em relação às políticas tradicionais ao priorizar a oferta de moradia permanente e incondicional como a base para a reintegração social. Essa abordagem contrasta com outras políticas que frequentemente impõem barreiras de entrada, como a exigência de sobriedade ou de participação prévia em tratamentos. Ao garantir um lar estável enquanto oferece suporte para tratar questões como saúde mental ou dependência química, o projeto promove resultados mais sustentáveis, tanto no impacto social quanto na eficiência econômica, conforme demonstrado por experiências internacionais. Essa inovação torna o Moradia Primeiro uma solução essencial para complementar e ampliar a eficácia das ações já existentes em Belo Horizonte.

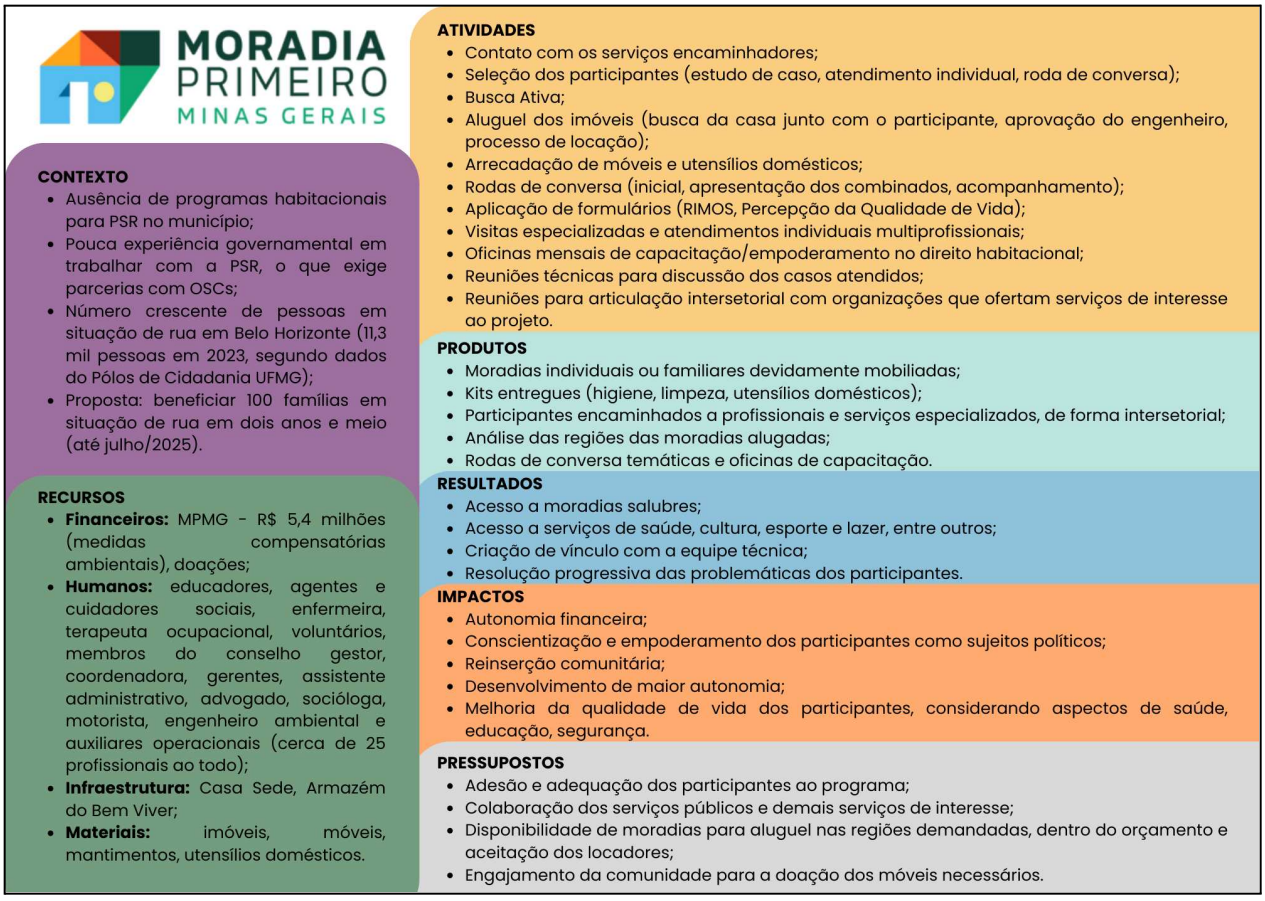
3.3 Desenho do projeto

Para a elaboração do desenho do projeto, o grupo se baseou na metodologia proposta pelo guia *Avaliação de políticas públicas: por onde começar?*, da Fundação João Pinheiro (2022), que dá as diretrizes para a construção do MaPR. A partir desta ferramenta, é possível visualizar como se relacionam os diversos componentes de um determinado projeto — recursos, atividades e produtos — e os desdobramentos que advém deles — resultados e impactos, por meio dos fluxos estabelecidos. Além

disso, o MaPR também considera fatores externos — contexto e pressupostos — que devem ser levados em conta na análise do desenho. Em suma, o MaPR trata-se de um instrumento que permite compreender se existe coerência e confluência entre as atividades realizadas, tendo em vista os objetivos específicos que se pretendem alcançar com o projeto.

Assim, o grupo prosseguiu para o delineamento do MaPR do Projeto Moradia Primeiro, por meio da realização de uma sistemática dos elementos envolvidos e suas relações de causa e efeito. Para isso, foram realizadas reuniões com a equipe do projeto para entender como os processos de fato se desenrolavam no cotidiano de trabalho, além de análises de relatórios e documentos internos do Moradia Primeiro. Disto derivou-se um MaPR preliminar, que foi apresentado à equipe da Pastoral de Rua. A partir dele, foram discutidos e readequados alguns pontos específicos, de modo que se tornassem mais condizentes com o que se vivenciava na prática do projeto. Após a validação juntamente à equipe do Moradia Primeiro, consolidou-se o MaPR a seguir.

Figura 1: Mapa de Processos e Resultados do projeto piloto Moradia Primeiro



Fonte: Elaboração própria.

3.3.1 Recursos

O projeto mantém-se financeiramente por meio de recurso do MPMG no total de R$ 5,4 milhões de reais, a serem gastos durante dois anos e meio (de janeiro de 2023 a junho de 2025), e deve apresentar relatórios semestrais acerca do andamento dos trabalhos. Além dessa verba, o Moradia Primeiro utiliza-se de doações pontuais, que são obtidas, principalmente, por meio do Armazém do Bem Viver, campanha da Pastoral que recebe doações de móveis e outros itens domésticos em bom estado de conservação, assim como doações em dinheiro. Por meio das entrevistas, foram apontados parceiros da Pastoral que realizam doações com alguma recorrência, bem como paróquias e colégios. Apesar disso, foram relatadas dificuldades para aquisição de itens mais caros, como fogão, geladeira e televisão.

De forma principal, os relatórios de prestação de contas elaborados pela Pastoral apontam a aplicação dos recursos financeiros em despesas operacionais, como aluguel de imóveis, aquisição de móveis e kits de higiene pessoal, limpeza e utensílios domésticos, que são entregues para os participantes ao ingressarem na casa. Ainda, durante as entrevistas foi relatado que o transporte por aplicativo tem gastado mais que o previsto, devido à necessidade de locomoção da equipe técnica pela cidade para realização dos atendimentos. Contudo, a Pastoral tem conseguido remanejar os recursos para cobrir esses gastos.

Quanto à infraestrutura, o projeto conta com um galpão, onde funciona o Armazém do Bem Viver, local destinado ao armazenamento e à organização dos materiais arrecadados e adquiridos. Há também a Casa Sede, espaço utilizado para coordenação do projeto e articulação da equipe, sendo ponto de referência para os participantes, que comparecem ao local com alguma frequência.

A equipe conta com 22 profissionais, sendo quatro agentes sociais (pessoas com trajetória de rua pregressa), quatro educadores sociais, quatro cuidadores sociais, um sociólogo, dois auxiliares operacionais, um gerente de relações institucionais, uma coordenadora, um terapeuta ocupacional, uma enfermeira, um assistente administrativo, um advogado e um engenheiro. Durante as entrevistas, foi apontada a necessidade de uma equipe maior, tendo em vista a grande quantidade de pessoas atendidas — 157 pessoas já passaram pelo projeto e 102 permanecem, demandando acompanhamento técnico contínuo.

3.3.2 Atividades

Como parte inicial dos processos, o projeto recebe encaminhamentos de potenciais participantes, muitos deles advindos de outros projetos da própria Pastoral. Sequencialmente, é feita a seleção dos participantes, que leva em conta a frequência de presença do indivíduo nas rodas de conversa iniciais, o que foi justificado pela necessidade de, alguma forma, medir seu interesse/comprometimento com o projeto.

Uma das atividades principais é a busca e o aluguel de moradias para os participantes. Nesse processo, os beneficiários indicam quais regiões da cidade são adequadas, considerando suas redes de vínculos, seu trabalho e/ou os locais que frequentam. A equipe, por sua vez, busca mapear locais com equipamentos importantes nas proximidades, como centros de saúde ou Restaurante Popular. Além

disso, o aluguel do imóvel não pode ultrapassar o valor de 800 reais, o que tem se mostrado uma dificuldade, devido a uma demanda frequente dos participantes por moradias nas regiões centrais, que apresentam preços mais elevados. Caso o valor do aluguel seja superior a 800 reais, o participante que tiver condições pode assumir o restante do valor, o que é raro. A equipe auxilia na procura por imóveis adequados e acompanha o processo de locação, garantindo que os participantes sejam alocados em condições adequadas, o que deve ser atestado pelo engenheiro do projeto. Uma vez que as moradias são alugadas, elas são mobiliadas com móveis, utensílios domésticos e outros itens essenciais, em sua maioria advindos da campanha do Armazém do Bem Viver, para garantir uma infraestrutura suficiente para as necessidades cotidianas dos participantes.

Outra atividade considerada essencial pelos próprios participantes é o acompanhamento técnico contínuo. Profissionais da área de saúde e assistência social visitam as moradias e oferecem atendimento aos indivíduos, realizando encaminhamentos para outros serviços quando necessário. Paralelamente, as oficinas de capacitação e rodas de conversa, que abordam temas como direitos e autonomia financeira, também são parte do esforço de desenvolvimento da autonomia dos participantes. Quando o participante deixa de comparecer a essas reuniões e não é mais encontrado em sua casa, inicia-se a chamada busca ativa, em que a equipe técnica busca retomar o contato com o indivíduo, procurando-o nos locais que costuma frequentar.

Quanto à articulação com as esferas da administração pública, como postos de saúde e serviços de identificação, os relatos indicam haver uma boa integração, embora enfrentem desafios relacionados à morosidade dos atendimentos e à falta de estrutura (física e técnica) de alguns locais.

3.3.3 Produtos

Os principais produtos do projeto são os resultados diretos das atividades realizadas com os recursos disponíveis. Nesse sentido, um dos produtos principais é a entrega de moradias equipadas com móveis e utensílios domésticos aos participantes do projeto, em conjunto com os kits de apoio, que incluem itens essenciais como produtos de higiene e limpeza entregues aos indivíduos ou às famílias para que possam realizar tarefas cotidianas na casa.

Outro produto relevante do projeto é a análise das regiões das moradias alugadas. Esse mapeamento é realizado para identificar os serviços e equipamentos disponíveis nas proximidades das moradias dos participantes, no intuito de facilitar sua integração com o território.

Por fim, as rodas de conversa e oficinas realizadas com os participantes também são produtos importantes. Elas permitem que os participantes compartilhem suas experiências, discutam suas dificuldades e se capacitem para o exercício de seus direitos e o aumento da autonomia. Apesar de reconhecerem a importância desses encontros, alguns participantes revelam dificuldade em manter a constância da presença nessas reuniões.

3.3.4 Resultados e impactos

Entre os principais resultados observados está a promoção de maior autonomia entre os participantes, que demonstraram avanços na autoestima, na confiança e na perspectiva de futuro. De acordo com as entrevistas realizadas e com os relatos dos próprios participantes nas rodas de conversa, houve melhoras significativas na saúde física e mental de todos eles. Entretanto, alguns demonstram não conseguir viver de forma completamente autônoma, o que gera preocupações na equipe devido ao prazo de duração do projeto, que se encerra na metade do ano de 2025.

Os resultados e impactos serão analisados mais detalhadamente nas seções subsequentes.

3.4 Processos

A partir da presente avaliação, durante entrevistas, grupos focais e análises documentais, os principais processos identificados foram:

a) inclusão dos participantes no Moradia Primeiro;
b) acompanhamento dos participantes;
c) articulação com a rede de políticas públicas;
d) gestão de pessoas;
e) coleta de dados e monitoramento.

3.4.1 Inclusão dos participantes no Moradia Primeiro

Em relação ao processo de admissão dos participantes, observou-se que o projeto carece de critérios de inclusão claros. Diversos beneficiários relataram um longo tempo de espera entre o cadastro

inicial dos interessados e a entrega da residência. Inclusive, foi apontada a exigência de participação em diversas rodas de conversa antes da alocação nas moradias, configurando uma etapa adicional para o acesso à casa. Essa exigência está em desacordo com os princípios fundamentais da metodologia *Housing First* — na qual se defende a alocação imediata dos assistidos nas residências —, além de aumentar o tempo até a inserção.

Por outro lado, a admissão de pessoas com histórico de uso de álcool e drogas se configura como um aspecto positivo identificado durante a avaliação. Essa abrangência é importante, pois a metodologia base do projeto é fundamentada na concepção de que a moradia é um pré-requisito para a recuperação, e não uma recompensa por ela, possibilitando a ampla promoção da inclusão, da dignidade e do acesso a direitos básicos antes negligenciados.

3.4.2 Acompanhamento dos participantes

O aumento do número de participantes no projeto impactou negativamente na periodicidade das ações de monitoramento e suporte. Relatou-se que o número de profissionais é inferior ao necessário para o devido atendimento das demandas, fazendo com que haja a necessidade de priorizar os casos com demandas mais urgentes e, com isso, prejudicando o acompanhamento dos demais.

A equipe também ressalta a complexidade dos problemas enfrentados, que levam tempo para serem solucionados e necessitam de uma atuação conjunta e multidisciplinar, o que acaba por sobrecarregar os profissionais. Nesse sentido, durante as rodas de conversa com os participantes, alguns deles expressaram a vontade de o acompanhamento da equipe técnica ser mais frequente e próximo, o que se revela um desafio considerando o tamanho atual da equipe. Apesar de enfrentar desafios relacionados à rotatividade, à falta de rotina do projeto e ao número reduzido de profissionais, a equipe foi bastante elogiada pelos participantes, que apontaram o acolhimento humanizado e sem julgamentos como um dos principais diferenciais do projeto. Os participantes também disseram que a equipe técnica os atende bem e se mostra preocupada com seu o bem-estar.

Em relação à política de redução de danos, as entrevistas e os grupos focais apresentaram resultados heterogêneos. Foi observado que os atendimentos de saúde e as oficinas realizadas contribuíram para um aumento da consciência sobre os impactos negativos do uso de substâncias, o que,

junto com outros benefícios do projeto, resultou em um consumo mais “controlado” e “racional” por parte de alguns participantes. Outros, todavia, relataram não terem conseguido se adaptar à metodologia de redução de danos, solicitando internação em equipamentos que trabalham com a abordagem da abstinência. Destaca-se que o uso abusivo de álcool e outras drogas é permeado por fatores complexos e que muitas vezes sequer podem ser acessados pelos profissionais de apoio, pois se trata de uma questão que precisa de constante busca pelo aprimoramento.

3.4.3 Articulação com a rede de políticas públicas

No que se refere à articulação com serviços públicos, foram relatadas algumas dificuldades durante as entrevistas realizadas. O serviço mais citado, que parece ser o mais buscado pelo projeto, é o atendimento de saúde. Foram levantadas pela equipe situações de preconceito de profissionais da saúde com os participantes do projeto. Tem-se a percepção de que, quando o participante está acompanhado de algum profissional da equipe técnica, é bem atendido, porém, quando está sozinho, não é. Também é apontada uma baixa resolutividade do serviço de saúde pública. Outro ponto relevante trazido é a morosidade do atendimento nas unidades de saúde, principalmente pela impaciência/dificuldade de compreensão do público atendido pelo projeto, além da demora prejudicar o desenvolvimento das demais tarefas da equipe. Mais especificamente, o Centro de Referência em Saúde Mental (Cersam) foi apontado como superlotado, com pouca capacidade de atendimento frente à demanda. Apesar disso, a articulação com a saúde foi dita satisfatória em alguns casos.

Ainda sobre a articulação intersetorial, as trocas com outros serviços foram consideradas bastante burocráticas, exigindo, por exemplo, pré-cadastro no Gov.br para solicitar documentos de identidade, o que às vezes dificulta o acesso aos serviços. Por isso, a entrevistada destaca que, muitas vezes, faz-se necessário acompanhar os participantes aos locais dos serviços. Ademais, uma mudança positiva trazida é que, no passado, pessoas em situação de rua sem documentos não eram atendidas, mas recentemente isso mudou, e agora elas recebem atendimento, com ou sem documentos. Apesar disso, foi trazida também a necessidade de, algumas vezes, a equipe técnica se utilizar de contatos pessoais no serviço público para entender/acessar o fluxo de funcionamento dos serviços.

Por fim, o alto tempo demandado para o deslocamento entre as residências e os serviços foi apontado como um fator que impacta negativamente no desempenho e na gestão da rotina da equipe assistencial.

3.4.4 Gestão de pessoas

No âmbito da gestão de recursos humanos, identificou-se que o projeto apresenta baixa retenção de funcionários. Conforme documentos apresentados, grande parte das demissões ocorrem até seis meses após a admissão. A despeito da contratação da empresa Crescer para a assessoria especializada, o que qualificaria o recrutamento e a seleção de novos funcionários, não foram observadas alterações significativas nessa rotatividade.

Diversos profissionais relataram o acúmulo e a atribuição desproporcional de tarefas para a equipe assistencial. Também informaram que houve diálogos da Pastoral com a Crescer sobre a delimitação de responsabilidades entre os cargos, mas que esses obstáculos ainda não foram resolvidos definitivamente.

> Essa questão de função é sempre pauta de reunião entre a equipe, né? Com o Conselho Gestor, com também o Rodrigo que é do RH da Crescer, que fez a contratação dos funcionários. Porque ficou muito pouco delimitada a função do educador social, do cuidador e de todas as pessoas da equipe. É uma equipe que pode ser vista como grande, mas, ao mesmo tempo, perante aos desafios que a gente tem, é uma equipe pequena. Com uma carga horária que eu acho alta, sabe? A gente trabalha 8 horas por dia e isso acaba sobrecarregando também. Acho que é uma equipe que trabalha sobrecarregada. Acho que faço mais funções do que deveria fazer (Entrevistada Z).

Alguns entrevistados também se queixaram da remuneração, que estaria abaixo do valor de mercado, e da ausência de benefícios, como vale-refeição. Em uma estimativa[1] feita com projetos que apresentam cargos com atribuições análogas às do quadro funcional do Moradia Primeiro, observou-se que, de fato, os salários pagos dos cargos de coordenação, enfermagem e agentes sociais estão de acordo com os ofertados por outras organizações pesquisadas, porém essa discrepância salarial se confirmou para os cargos de educadores sociais, sobretudo quando é feita a proporção entre remuneração e carga horária.

[1] Vide Apêndice A.

Outro desafio relatado foi a organização das rotinas de trabalho. A carga horária extensa, e em alguns casos espaçada (regime 12x36), contribui para que os profissionais se sintam mais fadigados e improdutivos, além de comprometer o acompanhamento dos participantes pelos seus profissionais de referência, dificultando a construção de vínculos com os assistidos.

Em termos de segurança e bem-estar, os funcionários relataram se sentir seguros. No entanto, foi identificado que a saúde mental da equipe requer maior atenção, devido à sobrecarga de tarefas e aos quadros de estresse e ansiedade vivenciados recorrentemente.

Por outro lado, a equipe gestora foi destacada pela eficiência e proximidade com a equipe técnica, estabelecendo um relacionamento harmônico e colaborativo. As reuniões periódicas e a abertura ao diálogo contribuem para a organização dos esforços da equipe multiprofissional. Complementarmente, o Conselho Gestor contribui com uma visão externa e técnica, auxiliando no direcionamento estratégico e na resolução de eventuais conflitos emergentes.

3.4.5 Coleta de dados e monitoramento

Acerca dos procedimentos de obtenção de informações para monitoramento das ações do projeto, identificou-se a necessidade de aprimoramento tanto na coleta quanto no processamento dos dados. Observou-se falhas de sistematização, como a ausência de periodicidade na realização dos levantamentos, e até mesmo dificuldades para identificar, em determinados momentos, o exato número de participantes ativos e desistentes (vínculo interrompido). Isso impossibilita a obtenção de informações estratégicas para subsidiar decisões da gestão e correção de eventuais fragilidades do projeto, bem como compromete a possibilidade de realizar outras avaliações aplicando diferentes metodologias (resultado, impacto etc.).

3.5 Percepção dos beneficiários

Durante os grupos focais realizados na sede do Projeto Moradia Primeiro, os participantes expressaram satisfação com as moradias recebidas, considerando-as adequadas em termos de estrutura, localização e proximidade com comércios e serviços públicos. Apesar da aprovação geral, foram apontados problemas pontuais, como a proximidade com pontos de tráfico de drogas e conflitos com a vizinhança. Nestes casos, relatou-se que houve a rápida intervenção da equipe técnica, remanejando os beneficiários afetados para outros imóveis.

Acerca da entrada no Moradia Primeiro, afirmou-se que houve boa explicação das condições de participação. Além disso, a equipe técnica foi amplamente elogiada pelo acolhimento humanizado e pelo acompanhamento durante os trâmites iniciais. Porém, uma queixa recorrente desse processo foi a demora entre a inscrição e o aluguel das residências, o que possivelmente é decorrente das dificuldades de locação dos imóveis.

> A Pastoral é uma segunda família que Deus me deu, sabe? Porque no momento que eu mais precisei minha família de sangue não esteve lá do meu lado, e a Pastoral me abraçou. Todos eles. [...] Eles são um grupo assim que eles abraçam. Todos eles (Participante 1).

Os participantes relataram diversas mudanças significativas de estilo de vida. Antes do ingresso, muitos afirmaram ter poucas perspectivas de sair das ruas e melhorar suas condições de vida. Já após o ingresso, o acesso à moradia contribuiu, principalmente, para a melhoria das sensações de dignidade e segurança, permitindo que se reorganizassem e se preparassem para uma vida mais autônoma. Esse novo cenário também ajudou a promover uma consciência de pertencimento e integração ao ambiente comunitário — especialmente mediante o acesso aos serviços e estabelecimentos comerciais.

> Me organizei bem mais do que eu era antes e passar pelas situações que passei. Hoje eu sou uma pessoa mais segura e com a minha "cabecinha" no lugar. Eu tive totalmente perdida. Totalmente. [...] Hoje em dia eu sento e vejo: gente, eu dei conta. Sou outra pessoa. [...] Até nos momentos que eu passei raiva o Projeto me ajudou a ser uma pessoa melhor. Porque tipo, tudo eu surtava, batia na mesa, queria quebrar tudo, não tinha muita paciência não. E não me chamava para conversar não, porque não tinha conversa. [O projeto] me tratou, foi terapêutico (Participante 2).

> Tudo mudou demais, sabe?! Tudo mudou. Porque assim a gente fica lembrando, vai lá e volta, vou lá há três anos atrás, quando vivia na rua, suja, apenas com a mochila e o cobertor dentro da mochila, né? Os pés imundos, na rua não tem como tomar banho, você é obrigado a dormir sujo (Participante 1).

> Para mim, o que ajudou foi organizar. Pude voltar a estudar. Aí você tem a questão da roupa, tem que andar bem para você poder andar nos locais. Se você não conseguir andar no lugar sociável e com a roupa apresentável, eu não posso me inserir para produzir mais. E o psicológico, se eu não tiver com o psicológico bem, posso estar com

> um tênis bom, uma roupa boa para entrar em um lugar com pessoas que vão poder arranjar a minha vida, mas sem o meu psicológico não consigo (Participante 5).

As relações interpessoais dos participantes também melhoraram após o ingresso no projeto. Embora muitos mantenham pouco contato com familiares, relataram uma boa interação com a equipe técnica, demais membros do projeto e vizinhos. No que se refere à saúde física e mental, notaram avanços significativos, atribuídos ao acompanhamento da equipe do projeto. Em virtude da assistência de profissionais de saúde, especialmente na figura da enfermeira, os beneficiários passaram a acessar mais e de forma mais frequente os estabelecimentos de saúde.

Quanto ao uso prejudicial de álcool e drogas, foram destacados efeitos positivos pelos beneficiários entrevistados, os quais também salientaram os esforços da equipe assistencial na implementação da política de redução de danos. Tal resposta foi apontada ainda como resultado da segurança proporcionada pela moradia, uma vez que se sentem menos propensos a retornar a antigos hábitos, especialmente por estarem afastados de ambientes e pessoas que antes influenciavam o uso de substâncias. Questionado sobre como a moradia influenciou no abandono do uso de álcool e outras drogas, um participante menciona: “A segurança, né?! A paz. A vida que eu não tinha na rua e que eu estou tendo agora. Tudo muda… Minha cabeça… Já não fico mais na rua até mais tarde, não frequento certos locais” (Participante 3).

A estabilidade na moradia também proporcionou uma melhora na disposição para o trabalho. Um dos participantes relatou que, após ingressar na residência — e, consequentemente, alcançar maior qualidade de vida — conseguiu aumentar sua produtividade na reciclagem. Já outros conseguiram empregos formais em organizações públicas e privadas. No entanto, ressalta-se que nem todos os beneficiários estão empregados.

> Antes eu trabalhava e ganhava dinheiro, porque quem trabalha ganha dinheiro. Só que como eu agora consigo descansar, porque na rua a gente não descansa, tipo assim, dormir mesmo, deitar na cama, chegar em casa e fazer uma janta, alimentar bem. Agora eu consigo produzir muito mais do que antes (Participante 7).

Em um dos grupos focais realizados, os participantes apontaram a necessidade de melhoria no acompanhamento direto da equipe técnica durante o período “pós-morar”. Ressaltou-se que a prestação desse serviço é crucial, uma vez que os indivíduos, nos primeiros momentos após a saída das

ruas, não se sentem plenamente pertencentes ao novo espaço, estranham a nova rotina e lamentam a perda dos vínculos sociais que estabeleciam com as demais pessoas em situação de rua. Destaca-se que a falta desse suporte pode contribuir para o aumento das taxas de evasão.

A questão da continuidade do projeto foi uma preocupação expressa por todos os participantes. Eles afirmam que, sem o apoio financeiro oferecido, dificilmente conseguiriam manter as moradias, especialmente no que se refere ao pagamento do aluguel. Entretanto, a maior parte deles segue confiante que haverá a continuidade das atividades, bem como ressaltam que persistem buscando adquirir maior independência, para que, futuramente, seja possível alcançar a autossuficiência financeira.

O compromisso de participação nas rodas de conversa — antes e após ingressarem no Moradia Primeiro — foi também um desafio para alguns. Embora apreciem esses momentos de interação, nem todos conseguem manter a frequência nas reuniões.

Por fim, o lado emocional na etapa “pós-morar” foi apontado como um importante obstáculo para a permanência no projeto. Alguns participantes sugeriram que o projeto poderia ser aprimorado no que se refere à oferta de psicoterapia e acompanhamento psiquiátrico, bem como aumentar a disponibilidade de acompanhamento/ suporte da equipe técnica, principalmente nos casos em que há a ocorrência de uso abusivo de álcool e drogas e o conhecimento de transtornos mentais. Para eles, embora a equipe técnica mostre grande empenho, o alto número de demandas dificulta o acompanhamento mais frequente e próximo.

3.6 Efeitos observados

O Projeto Moradia Primeiro tem demonstrado progressos significativos nos participantes desde o momento da admissão até os dias atuais, refletindo uma transformação positiva em diversas áreas de suas vidas. Um dos avanços mais notáveis é a construção de vínculos, tanto com a equipe do projeto quanto com familiares, amigos e vizinhos. Os participantes relataram que, ao longo do tempo, conseguiram estabelecer relações mais saudáveis e de apoio, o que é fundamental para a reintegração social. Muitos participantes também mencionaram a importância do contato com pessoas que conheceram durante o projeto, destacando que esses laços foram essenciais para a sua recuperação e para a manutenção de um ambiente seguro e acolhedor.

A garantia de moradia, elemento central do modelo *Housing First*, mostrou-se eficaz em proporcionar estabilidade para as pessoas atendidas. Segundo os participantes, a segurança proporcionada pela moradia reduziu significativamente o estresse, a ansiedade e a preocupação que sentiam antes. Entretanto, foram relatadas dificuldades relacionadas à adaptação à nova moradia, aos serviços domésticos (como limpeza e alimentação) e à solidão, aspectos que podem dificultar a integração completa dos beneficiários.

Por sua vez, a questão do trabalho e da independência também merece destaque. Os participantes relataram uma melhoria em sua capacidade de se manterem empregados e de gerenciar suas finanças. A segurança proporcionada pela moradia permitiu que muitos deles se sentissem mais aptos a buscar e a manter um emprego, o que contribuiu para um aumento na autoestima e na sensação de dignidade. No entanto, é importante ressaltar que, apesar desses avanços, alguns participantes expressaram preocupações em relação à sua capacidade de manter a moradia após o término do apoio financeiro do projeto.

Ainda tratando de trabalho, a equipe buscou uma articulação com outros projetos da própria Pastoral de Rua de capacitação profissional e empregabilidade, como o Programa Empreendendo Vidas. Além disso, algumas pessoas relataram estar participando do Projeto Estamos Juntos, da Prefeitura de Belo Horizonte. No entanto, as vagas nesses projetos são limitadas, de modo que alguns dos beneficiários do Projeto Moradia Primeiro que desejam ter um trabalho ainda não estão empregados. Além do diálogo com os outros programas da Pastoral, o projeto não possui um planejamento específico quanto à integração dos participantes no mercado de trabalho, de forma que parece não haver uma estratégia bem definida na procura de empregos para os participantes. Apesar disso, a equipe do projeto auxilia na confecção e no encaminhamento dos currículos, à medida que são solicitados pelos participantes. Há de se destacar também que muitos participantes têm dificuldade para se adequar a trabalhos típicos, que demandam constância, e apresentam rigidez quanto a horários e normas, muitas vezes devido a um histórico crônico de rua, em que nunca tiveram uma rotina estabelecida. Dessa forma, encontrar vagas de emprego compatíveis com esse perfil tende a ser uma tarefa desafiadora.

Outro aspecto relevante é a redução do uso prejudicial de álcool e outras drogas. Muitos participantes relataram uma diminuição significativa no consumo de substâncias, atribuindo essa mudança à segurança e à estabilidade que a moradia lhes proporcionou. A equipe do projeto também

desempenhou um papel crucial nesse processo, oferecendo apoio e encaminhamentos para serviços de saúde mental e tratamento de dependência. Contudo, alguns usuários ainda enfrentam desafios relacionados ao vício, o que indica que, embora haja progresso, a luta contra a dependência é um processo contínuo e que requer atenção constante.

Ademais, ao entrevistar alguns funcionários do projeto Moradia Primeiro, foram destacadas percepções valiosas sobre os resultados obtidos, corroborando e complementando as observações dos participantes. De maneira geral, os avanços significativos no cumprimento dos objetivos do projeto são reconhecidos, especialmente no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, como acesso à moradia, à reinserção social e ao fortalecimento da autonomia pessoal. Por outro lado, há consenso de que esses resultados, embora expressivos, ainda enfrentam desafios relacionados à sustentabilidade e ao alcance integral das metas propostas.

Entre os profissionais da equipe, houve menções frequentes à necessidade de aprimorar os mecanismos de suporte, especialmente em áreas como saúde mental, capacitação profissional e manutenção dos vínculos sociais dos participantes. Um dos entrevistados enfatizou a importância de ampliar a integração intersetorial entre os serviços públicos para garantir que os efeitos positivos sejam mais consistentes e duradouros. Também apontou que os esforços realizados pela equipe, embora substanciais, frequentemente enfrentam limitações estruturais e financeiras, o que impede uma tradução completa de toda a dedicação em resultados mais robustos.

Outro ponto levantado pela equipe técnica foi o impacto direto que o acompanhamento psicossocial tem exercido sobre os participantes, especialmente na redução da vulnerabilidade social e no enfrentamento de traumas anteriores à entrada no projeto. Entretanto, foi destacada a carência de recursos humanos e materiais que, segundo os entrevistados, limita o alcance do trabalho e reduz a capacidade de atender às necessidades mais complexas de certos beneficiários.

Em síntese, os funcionários avaliam os efeitos do projeto como relevantes e transformadores, mas reconhecem que há espaço para melhorias, principalmente no que diz respeito à consolidação de políticas complementares e à obtenção de recursos adicionais. Essas percepções reforçam a importância de persistir e aumentar os investimentos no projeto, tanto em termos de gestão quanto de articulação com outras iniciativas sociais, para maximizar os impactos observados e garantir sua continuidade como um instrumento eficaz de combate à exclusão social.

Nesse sentido, torna-se válido apresentar dados expressivos que demonstram o encaminhamento do projeto e exemplificam as pautas levantadas durante o processo avaliativo, as taxas de retenção. A Pastoral compartilhou as informações adquiridas desde o princípio, apresentando uma taxa de retenção expressiva, considerando que 21 dos 88 participantes registrados deixaram a iniciativa apenas após completarem a etapa de “pós-morar”. Isso equivale a cerca de 76,1% de retenção, reforçando que a maioria dos participantes permanece no projeto até o final do acompanhamento. Essa avaliação está alinhada com os relatos dos funcionários entrevistados, que destacaram a relevância das intervenções do projeto e os esforços contínuos para manter os participantes engajados.

Por outro lado, os dados também revelam que 29 participantes tiveram o processo interrompido na fase “pré-morar”, enquanto dez sequer responderam ao contato inicial. Segundo os funcionários, essa evasão pode ser atribuída a múltiplos fatores, como dificuldades pessoais dos participantes em se adaptar ao formato do projeto, barreiras na construção de vínculos com as equipes técnicas e limitações externas, como a falta de recursos adicionais. Um dos entrevistados enfatizou que "a resistência inicial é um grande desafio", enquanto outro apontou para a importância de um acompanhamento mais próximo para mitigar esses problemas.

Sendo assim, essa análise evidencia a necessidade de integrar as observações da equipe com os dados quantitativos do projeto, reforçando a demanda por estratégias direcionadas a mitigar as causas da evasão. Melhorar o engajamento na fase inicial, fortalecer os vínculos interpessoais e otimizar a articulação com outros serviços públicos são aspectos que, conforme apontado pelos profissionais, poderiam contribuir para aumentar a retenção e assegurar o alcance integral dos objetivos do projeto.

3.7 *Insights* sobre eficiência e economicidade

O financiamento do Projeto Moradia Primeiro ocorre no contexto do Programa Meio Ambiente Acolhe – Cuidar é nossa natureza, sob a gestão do MPMG. Este programa destina recursos de medidas compensatórias ambientais para ações sociais e ambientais voltadas à população vulnerável. O orçamento total para a fase atual do Moradia Primeiro é de R$ 5,4 milhões, provenientes dessas compensações, conforme o Termo de Compromisso firmado nos autos da Ação Civil Pública n° 5055004-90.2021.8.13.0024.

O Moradia Primeiro representa a segunda fase do Meio Ambiente Acolhe. Na primeira fase, foram distribuídos kits de sobrevivência para pessoas em situação de rua, abrangendo Belo Horizonte e diversas cidades da região metropolitana, o que ajudou a mapear as necessidades e os locais onde essa população está. Esta segunda fase, que é o núcleo do Moradia Primeiro, destina-se a implementar o modelo *Housing First* por meio do aluguel solidário, oferecendo moradia temporária a cerca de 100 famílias em situação de rua.

O financiamento, ancorado em medidas compensatórias ambientais, reflete uma visão inovadora que associa questões ambientais a problemas sociais, reconhecendo a população de rua como vulnerável a mudanças climáticas e condições ambientais adversas. Essa estrutura de financiamento, enquanto inovadora, apresenta também desafios de sustentabilidade a longo prazo. Como os recursos são limitados e dependentes da disponibilidade de compensações ambientais, existe uma limitação para expansões futuras e para a ampliação do impacto social do projeto.

Um aspecto importante ao se tratar de experiências como o Moradia Primeiro diz respeito à viabilidade econômica ou ao custo-benefício da metodologia, com vistas a compreender se há factibilidade e sustentabilidade do projeto a longo prazo. Assim, têm-se desenvolvido estudos de viabilidade econômica que, apesar de lidarem com a dificuldade da variação dos custos nas diversas localidades, têm concluído que, em média, os governos recuperam 40% do valor investido no projeto, devido à diminuição de gastos com serviços de emergência médica e abrigamentos (Brasil, 2022). A exemplo disso, o Projeto *Housing First* em Utah nos Estados Unidos divulgou ter conseguido uma redução de gastos de 20 mil dólares para 7,8 mil dólares por pessoa assistida quando comparado ao modelo tradicional empregado anteriormente, em que os indivíduos sem-teto faziam um uso contínuo dos serviços de saúde emergenciais. Além disso, o projeto afirma ter reduzido em 72% os casos de situação de rua crônicos (Brasil, 2022). Já na implementação da metodologia em Saskatoon, no Canadá, a economia feita pela cidade ao adotar o *Housing First* foi explicada pela diminuição das entradas em hospitais, do acesso a serviços de abrigamento e do tempo sob custódia da polícia (Brasil, 2022). Contudo, devido a limitações relacionadas à disponibilidade de dados e de tempo para realização da avaliação, não foi possível realizar comparações similares neste momento.

No projeto em questão, foi possível observar que a melhoria da qualidade de vida proporcionada pela moradia reduziu a necessidade de atendimentos emergenciais e hospitalares entre

os participantes, conforme relatado nas entrevistas e nas rodas de conversa. O acompanhamento técnico contínuo e o atendimento nas unidades básicas de saúde também ajudaram na prevenção e no tratamento no período inicial das enfermidades, evitando o agravamento dos quadros de saúde, o que seria mais custoso para o serviço público. Ademais, a redução do uso de álcool e outras drogas também é um fator relevante que contribui para a diminuição da demanda por serviços de saúde pública.

Quanto ao tamanho da equipe técnica do projeto, é possível fazer uma comparação com programas similares, como o de Sam Tsemberis, um dos criadores da metodologia *Housing First*. Em seu guia para implantação de projetos baseados na metodologia (Tsemberis, 2010), que foca em pessoas com trajetória de rua com problemas de saúde mental e/ou com uso abusivo de substâncias psicoativas, é estabelecida uma média de dez participantes por profissional da equipe de acompanhamento, além de profissionais específicos para a busca de moradia, como pode ser verificado mais detalhadamente no Apêndice B. No caso em questão, o projeto em análise conta com 18 profissionais na equipe de acompanhamento — sendo desconsiderados o gerente de relações institucionais, o engenheiro, o advogado e o assistente administrativo — para um total de 102 indivíduos participantes, sendo que parte desta equipe também atua na busca de moradias, de forma que atende à média proposta pela metodologia.

Já tomando por base o Plano de Trabalho do Projeto Moradia Cidadã BH, da Prefeitura de Belo Horizonte, que, assim como o projeto analisado, visa atender 100 indivíduos/famílias se baseando no modelo *Housing First*, a equipe estimada é de 33 profissionais para suporte técnico, operacional e administrativo, como consta no Apêndice C. Enquanto isso, o projeto em análise conta com 22 profissionais para a realização de um trabalho bastante similar, o que pode indicar a necessidade de uma equipe maior, em consonância com os apontamentos de sobrecarga indicados nas entrevistas.

Para além do aspecto econômico, é importante também destacar os incômodos da população sem-teto frente a alguns aspectos dos serviços provisórios/emergenciais. A exemplo disso, no Censo da População de Rua realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2022, foi identificado que mais da metade dessa população não utiliza os abrigos municipais e os principais motivos trazidos foram a falta de segurança nos albergues, sua rigidez de regras e horários e a dificuldade para conseguir vagas. Essa informação foi confirmada pelos participantes do projeto nas rodas de conversa realizadas, em que alguns disseram se sentir mais seguros na rua do que nos abrigos: “Tem gente que vai lá [no albergue] só

para pegar as coisas. Pega os *negócio*, guarda, esconde, chega no monitor e fala *'Ah, preciso ir ali comprar um negócio'*. O monitor abre o portão e ele vaza", diz um dos participantes, e os colegas concordam com sua fala. Além disso, os participantes levantaram problemas com a infraestrutura dos albergues, em que mais de um deles relatou uma constante infestação de traças nos locais.

Por isso, é interessante observar que a maioria desses problemas apontados pela PSR poderiam ser mais facilmente resolvidos caso os indivíduos tivessem acesso a uma moradia própria, onde não dividiriam o ambiente com desconhecidos, teriam maior flexibilidade quanto às regras e aos horários e, principalmente, estabilidade. Nas palavras de um dos participantes: "Eu *tô* com essa mochila, como que eu chego no albergue agora, deixo no quarto e vou tomar banho? Quando eu voltar com certeza não vai estar lá […]. Agora, eu chego na minha casa, eu deixo *lá*, meu celular, minha carteira […]. Sei que ninguém vai mexer". Nessa perspectiva, o relato em questão ressalta a relevância de aspectos subjetivos observados durante a avaliação do projeto, como a sensação de segurança, a diminuição dos níveis de estresse e de ansiedade e o aumento da autoestima dos participantes, consequências da aquisição da moradia.

4 RECOMENDAÇÕES

Com base na avaliação executiva do Projeto Moradia Primeiro, diversas oportunidades de aprimoramento foram identificadas. O projeto apresenta avanços significativos na garantia de moradia e na promoção da autonomia e dignidade dos beneficiários, mas alguns desafios persistem, especialmente em relação à sustentabilidade do projeto, à eficiência operacional e à integração com políticas públicas e comunitárias. As recomendações a seguir visam fortalecer os pontos positivos e corrigir as fragilidades apontadas, contribuindo para a consolidação do Moradia Primeiro como uma referência no combate à situação de rua em Belo Horizonte.

a) continuidade do projeto: buscar apoio e financiamento para garantir a continuidade do projeto, tendo em vista os benefícios identificados, principalmente relacionados à segurança, ao bem-estar e à saúde mental, e evitando que as pessoas atendidas tenham que voltar às ruas quando o projeto encerrar;
b) aprimoramento da política de admissão de beneficiários: revisar os critérios e processos de seleção para eliminar exigências que contrariem os princípios do modelo *Housing First*, como

a necessidade de participação em rodas de conversa antes da alocação. A moradia deve ser disponibilizada de forma imediata e incondicional, respeitando a metodologia original;

c) reforço no acompanhamento técnico contínuo: considerar a adequação da estrutura de trabalho da equipe técnica para garantir que o acompanhamento seja frequente e eficiente, principalmente nos casos mais complexos;

d) gestão de recursos humanos e organização das tarefas: melhorar a distribuição de tarefas e responsabilidades entre os membros da equipe técnica, com atenção à definição de funções e ao equilíbrio da carga de trabalho. Investir em supervisão e treinamentos frequentes para qualificar as atividades e promover maior eficiência na execução do trabalho;

e) ampliar a articulação com serviços públicos e comunitários: estabelecer mecanismos mais ágeis de parceria com a rede de saúde, assistência social e serviços administrativos, garantindo acesso rápido e resolutivo para os beneficiários e reduzindo barreiras burocráticas e preconceitos contra os beneficiários;

f) atenção à saúde mental e suporte emocional: considerar a inclusão de uma equipe especializada em saúde mental no projeto, ampliando o atendimento psicológico e psiquiátrico aos participantes, em especial àqueles em situação de vulnerabilidade severa, priorizando intervenções que favoreçam a adaptação à nova rotina habitacional e a superação de transtornos mentais ou uso prejudicial de substâncias. Além de promover programas internos de apoio emocional para a equipe técnica, dada a alta carga emocional do trabalho com o público atendido;

g) fortalecimento da integração comunitária: desenvolver atividades que facilitem a convivência dos beneficiários com a comunidade local, reduzindo estigmas e promovendo uma maior sensação de pertencimento;

h) fortalecimento do suporte no “pós-morar”: garantir que o suporte no período “pós-morar” seja contínuo, especialmente nos primeiros meses, fornecendo o acompanhamento necessário para evitar evasões ou retrocessos no processo de autonomia;

i) melhoria do sistema de monitoramento e avaliação: estruturar um sistema de coleta de dados periódico que permita identificar com precisão o perfil dos beneficiários, os resultados

alcançados e as áreas que demandam ajustes. Estabelecer indicadores de desempenho claros para subsidiar tomadas de decisão e avaliar a efetividade do projeto;

j) fortalecimento dos esforços de empregabilidade: buscar estabelecer parcerias com o município e/ou demais organizações da sociedade civil (OSC) que promovam projetos de empregabilidade baseados em modelos de economia solidária e de qualificação profissional.

Ao longo do relatório, ficou evidente que o Moradia Primeiro tem se consolidado como uma iniciativa inovadora e transformadora, com impacto positivo na vida de dezenas de famílias e indivíduos em situação de rua. Porém, para que os resultados sejam ampliados e sustentáveis, é essencial que a Pastoral continue investindo em ajustes estratégicos, sempre mantendo o compromisso com a dignidade, a autonomia e a inclusão social dos beneficiários. Essas recomendações reforçam o potencial do projeto como modelo para políticas públicas habitacionais, contribuindo para a construção de cidades mais justas e humanas.

4.1 Comentários da Pastoral a respeito das recomendações apresentadas

Diante da análise e das recomendações apresentadas, a equipe do Projeto Moradia Primeiro reconheceu a coerência e a adequação das observações levantadas durante a avaliação. Também foram feitas algumas considerações, que serão detalhadas a seguir.

Acerca da falta de clareza na distribuição das atribuições e responsabilidades, a Pastoral apontou a dificuldade de segregar as problemáticas e de desenhar os limites de atuação de cada profissional, tendo em vista a complexidade e a multicausalidade que envolve o fenômeno da PSR. Nesse sentido, a tentativa de garantir continuidade e integralidade ao acompanhamento é um dificultador para uma delimitação rígida das atribuições, apontando para o desafio de se pensar a gestão interna das pessoas no projeto.

Quanto à observação de carga horária extensa e de salário aquém do praticado em projetos similares para o cargo de educador social, a Pastoral informou que já vem estudando a possibilidade técnica de redução da carga horária de 40h para 30h semanais, de modo que as condições do cargo se tornariam semelhantes àquelas praticadas nos outros projetos analisados.

Em relação à articulação com o trabalho, a equipe técnica ressaltou a dificuldade em encontrar vagas de emprego compatíveis com os desejos/as aptidões dos participantes, além da

dificuldade que alguns participantes têm de se adaptar a algumas regras e aos horários estabelecidos. Dessa forma, a Pastoral relatou que já houve casos nos quais os participantes ingressaram em vagas de emprego e não conseguiram permanecer por muito tempo. Ainda, é válido destacar que não são todos os participantes que demandam por trabalho.

A Pastoral também informou que o Projeto Moradia Primeiro não estabelece requisitos de entrada, mas que, devido à limitação de vagas, aceita apenas encaminhamentos de parceiros, como os serviços de acolhimento da prefeitura, o Cersam de Venda Nova e outros projetos da capital. Assim, os participantes deveriam estar se referindo a rodas de conversa que são organizadas por um dos parceiros da Pastoral, não pelo projeto.

Por fim, em relação à alta rotatividade de funcionários identificada durante a avaliação, a Pastoral apontou, para além de algumas pessoas que não se adaptaram ao volume de trabalho e/ou à carga horária, que outros funcionários tiveram dificuldade de trabalhar ou não se identificaram com o público atendido pelo projeto. Assim, algumas dessas pessoas pediram rescisão contratual e outras foram desligadas do projeto por iniciativa da própria Pastoral, que identificou que essas pessoas não tinham o perfil adequado para lidar diretamente com as pessoas em situação de rua.

4.2 Análise da equipe de avaliação sobre os comentários da Pastoral em relação às recomendações apresentadas

No que diz respeito à falta de clareza na distribuição das atribuições e responsabilidades, reconhece-se a complexidade inerente ao atendimento à PSR e os desafios que surgem na delimitação de funções dentro do projeto. Por isso, é positivo que a Pastoral reconheça essa necessidade e esteja se movimentando para aprimorar as políticas e os processos de gestão de pessoas. Ainda, reitera-se que a equipe de extensionistas da FJP se colocou à disposição para auxiliar nesse processo.

Ressalta-se a importância do reconhecimento e da iniciativa da Pastoral de estudar a possibilidade de readequação da carga horária, levando em conta a observação acerca da extensão da carga horária e do salário abaixo do praticado em projetos similares para o cargo de educador social. Acredita-se que essa medida contribuirá para a retenção de funcionários e possibilitará que os novos recrutamentos atraiam candidatos com habilidades e qualificação técnica ainda mais próximas do desejável/necessário para o projeto.

Com relação à dificuldade de articulação com o mercado de trabalho, são reconhecidos os desafios envolvidos na inserção dos participantes do projeto em empregos formais, especialmente no contexto assistencial do Moradia Primeiro. Fatores psicológicos, educacionais e sociais frequentemente dificultam essa transição, bem como se tem ciência de que o mercado de trabalho nem sempre está apto ou disposto a participar ativamente do processo de "reabilitação" dessas pessoas. Além disso, nem todos os assistidos estão preparados para atender às demandas das empresas no momento de sua admissão.

Por sua vez, no que diz respeito ao critério de admissão no Projeto Moradia Primeiro, compreende-se que, embora não existam requisitos formais de entrada, as vagas disponíveis são limitadas e destinadas a encaminhamentos de parceiros institucionais. Assim, para evitar desentendimentos e expectativas desalinhadas, é recomendado que essa informação seja mais claramente comunicada aos participantes, garantindo total transparência no processo. Ainda, ressalta-se que eventuais barreiras no acesso poderiam estar em desacordo com os princípios fundamentais da metodologia *Housing First*, que preza pela acessibilidade irrestrita da PSR à moradia digna.

Por fim, em relação à alta rotatividade de funcionários observada na avaliação, entende-se que fatores como adaptação ao volume de trabalho, à carga horária e à *expertise* com o público atendido impactam a permanência dos profissionais no projeto. No entanto, mesmo com a contratação de uma empresa para auxiliar no recrutamento e na gestão de funcionários, os problemas persistem. Isso pode indicar que as políticas de gestão de pessoas adotadas ainda não são suficientemente eficazes. É válido destacar que a metodologia *Housing First* é inovadora no Brasil, e a carência de profissionais experientes nessa abordagem representa um desafio adicional. O atendimento a esse público exige não apenas competência técnica, mas também habilidades interpessoais robustas. Dessa forma, a qualificação e capacitação contínua dos profissionais envolvidos pode ser também um dos caminhos para reduzir a rotatividade e aprimorar o atendimento prestado.

5 ANÁLISE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA BASEADA NA METODOLOGIA MORADIA PRIMEIRO

A metodologia Housing First mostra-se uma ferramenta promissora para o enfrentamento da questão da PSR, oferecendo uma abordagem centrada na garantia de direitos e no cuidado integral dos assistidos. O acesso imediato a uma moradia própria, pilar central dessa metodologia, gera impactos profundos nas subjetividades dos beneficiários, proporcionando melhorias na saúde física e mental, autonomia e segurança. Tais resultados ratificam a capacidade da metodologia de restituir a dignidade e o reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de direitos.

No contexto brasileiro, o Projeto Moradia Primeiro, pioneiro em Minas Gerais e uma das primeiras iniciativas *Housing First* no país, tem um papel fundamental na geração de informações e resultados que subsidiarão avaliações futuras acerca da viabilidade de uma política pública desenhada a partir desta metodologia. Apesar disso, é importante reconhecer que se trata de um projeto piloto, em que constantes rearranjos são necessários para adaptar o modelo às especificidades socioculturais e econômicas do Brasil e de Belo Horizonte. A experiência acumulada até o momento indica a necessidade de ajustes e aprimoramentos que já foram sinalizados ao longo desta avaliação.

A implementação de projetos como o Moradia Primeiro também permite refletir sobre a economicidade da metodologia. Estudos internacionais apontam para o seu potencial de reduzir custos públicos, especialmente em comparação com o modelo tradicional de acolhimento. No caso de Belo Horizonte, por exemplo, a ausência de uma moradia própria leva indivíduos em situação de rua a utilizarem vários equipamentos públicos diariamente, como unidades de acolhimento institucional e Centros POP, além de aumentar a probabilidade de necessitarem de atendimentos emergenciais de saúde ou de se envolverem em situações que resultem em intervenção das forças de segurança. Acredita-se, portanto, que esses custos seriam reduzidos com a implementação desse modelo de assistência, mas são necessárias avaliações adicionais para confirmar se essa vantagem econômica se mantém no contexto nacional.

Em suma, conclui-se que os resultados preliminares são promissores e demonstram que a Housing First pode ser uma potencial metodologia a ser utilizada no desenho de futuras políticas. Entretanto, há a necessidade de continuidade nas ações de monitoramento e avaliação (durante e após a

execução da iniciativa). Ressalta-se ainda que foram feitas recomendações específicas para viabilizar a realização de futuras avaliações (impacto, resultado, custo etc.).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PASTORAL NACIONAL DO POVO DA RUA (Brasil). **Relatório de 1ª prestação de contas do Projeto Moradia Primeiro**. Belo Horizonte, 2023.

ASSOCIAÇÃO PASTORAL NACIONAL DO POVO DA RUA. **Relatório da prestação de contas parcial**: 15/02/2024 a 14/08/2024: lista dos contratos de trabalho efetuados no período. Belo Horizonte, 2024

ASSOCIAÇÃO PASTORAL NACIONAL DO POVO DA RUA. **Relatório de 2ª prestação de contas do Projeto Moradia Primeiro**. Belo Horizonte, 2024.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura. **Decreto n° 16.730, de 27 de setembro de 2017**. Dispõe sobre a Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua e dá outras providências. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2017/1673/16730/decreto-n-16730-2017-dispoe-sobre-a-politica-municipal-intersetorial-para-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-da-outras-providencias. Acesso em: 10 abr. 2025.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. **Termo de Colaboração - 2024 - 0004 - Serviço de acolhimento para a população migrante e refugiada indígena**. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/portal-das-parcerias/pt_tc_smasac_2024_caritasn01.055.418_23-40.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. **Plano de Trabalho Projeto Moradia Cidadã - BH**. Belo Horizonte: Smasac, 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Guia brasileiro de Moradia Primeiro (Housing First)**. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/Guia_Brasileiro_de_Moradia_Primeiro_V3.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n° 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **Famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único**. Brasília, DF: VIS DATA 3 beta, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JlWCadWCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusm%2BiqaGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmIqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2BcqnT3W4%3D. Acesso em: 10 abr. 2025.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Processo de seleção simplificado n° 19/2022**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://mg.caritas.org.br/storage/edital-e-vaga/September2022/DczKbgLnfuCCaFlkO4fG.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

CRUZ, Elaine Patricia. País tem 300,8 mil pessoas em situação de rua, mais de 80 mil em SP: maioria é negra, do sexo masculino e tem entre 18 e 59 anos. **Agência Brasil**, São Paulo, 12 jul. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-07/pais-tem-3008-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-mais-de-80-mil-em-sp. Acesso em: 10 abr. 2025.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Políticas Públicas. **Avaliação de políticas públicas**: por onde começar? Um guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e Mapa de Indicadores. Belo Horizonte: FJP, 2022. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/03.06_Guia-MaPR-Layout-Final.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

Ipece – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Nota Técnica CAPP, nº 01. Fortaleza: IPECE, 2021. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/07/NOTA_TECNICA_CAPP_01.pdf. Acesso em: 06 mai. 2025.

MARINS, Lucas Gabriel. Por que o número de pessoas em situação de rua está crescendo no Brasil? *Drauzio Varella*, 27 nov. 2024. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/saude-publica/por-que-o-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-esta-crescendo-no-brasil/. Acesso em: 8 maio 2025.

MINAS GERAIS. Ministério Público. [**Termo de Compromisso**] **n° 04.2023.001**. Termo de compromisso que celebram o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com interveniência do Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais [...]. Belo Horizonte: MPMG, 2023. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/transparencia/convenios/integra/2023/outubro/adm_indireta/mapro/pdf/04.2023.001-m.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Proposta de plano de ação para a população em situação de rua para a inclusão no plano de contingência do estado de Minas Gerais para infecção humana pelo novo Coronavírus - 2019. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://social.mg.gov.br/images/Plano_COVID-19/VERS%C3%83O_FINAL_-_Plano_de_A%C3%A7%C3%B5es_para_Pessoas_em_Situa%C3%A7%C3%A3o_de_Rua.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

MONTFERRE, Hélio. Briga de família e desemprego são os motivos mais citados por pessoas em situação de rua para explicar sua circunstância. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*, 11 dez. 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14597-briga-de-familia-e-desemprego-sao-os-motivos-mais-citados-por-pessoas-em-situacao-de-rua-para-explicar-sua-circunstancia. Acesso em: 8 maio 2025.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **A População em situação de rua nos números do Cadastro Único**. Rio de Janeiro: Ipea, mar. 2024. (Texto para discussão, n. 2944). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12642. Acesso em: 10 abr. 2025.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**.** **População em situação de rua no Brasil**: totais por região, estado e município: série histórica 2012-2021.

Belo Horizonte: OBPopRua, ©2022. Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html. Acesso em: 10 abr. 2025.

PROJETO do MPMG beneficiará 100 famílias em situação de rua com moradia solidária. Cuiabá, 14 dez. 2022. Publicado no *site* do Ministério Público do Mato Grosso. Notícias. Disponível em: https://mpmt.mp.br/conteudo/1011/120082/mpmg---projeto-do-mpmg-beneficiara-100-familias-em-situacao-de-rua-com-moradia-solidaria. Acesso em 10 abr. 2025.

TSEMBERIS, Sam. **Housing First**: the pathways model to end homelessness for people with mental health and substance use disorders. Minnesota: Hazelden Publishing, 2010.

APÊNDICE A: COMPARAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS

Quadro 1 - Organização/projeto: Projeto Moradia Primeiro (referência)
Data documento referência: 14/2/2023 a 10/8/2023

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	BENEFÍCIOS
Coordenador de projetos sociais	Ensino superior	40h	R$ 5.500,00	Não informado em contrato.
Educador social	Ensino superior (serviço social, psicologia etc.)	40h	R$ 3.000,00	Não informado em contrato.
Enfermeira	Ensino superior (graduação em enfermagem)	20h	R$ 2.375,00	Não informado em contrato.
Agente social	Não informado.	40h	R$ 2.000,00	Não informado em contrato.
Cuidador social	Não informado.	44h	R$ 1.800,00	Não informado em contrato.

Fonte: Dados básicos: documento interno do projeto.
Elaboração própria.

Quadro 2 - Organização/projeto:: Cáritas – Serviço de Acolhimento para População Migrante e Refugiada Indígena
Data documento referência: 12/6/2024

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	BENEFÍCIOS
Coordenador	Ensino superior	44h	R$ 4.528,73	Vale-transporte
Analista social[(1)]	Ensino superior (Serviço social, psicologia, antropologia e outros cursos na área de ciências humanas) [(1)]	30h	R$ 3.198,39	Vale-transporte
Agente ação social	Ensino médio completo ou em curso.	12x36h (com diferenciação de vagas entre noturno e diurno)	R$ 1.895,34	Vale-transporte

Fonte: Dados básicos: Belo Horizonte (2024).
Elaboração própria.
(1) Apresenta divergência de nomenclaturas do cargo ao longo do documento.

Quadro 3 - Organização/projeto:: Cáritas: Cáritas Brasileira –Termo de Colaboração celebrado entre a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais e Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SUASS/SMASAC) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Data documento referência: 30/9/2022

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	SALÁRIO CORRIGIDO IPCA 01/2024[1]	BENEFÍCIOS
Coordenador de projetos	Ensino superior	40h	R$ 3.999,71	R$ 4.445,20	Plano de saúde; plano odontológico; vale-transporte; seguro de vida.
Analista social[2]	Ensino superior (Serviço social, psicologia, antropologia e outros cursos na área de ciências humanas) *	30h	R$ 2.708,89	R$ 3.010,61	Plano de saúde; plano odontológico; vale-transporte; seguro de vida.
Agente de ação social	Ensino médio completo.	12x36h ou escala 5x2	R$ 1.547,94	R$ 1.720,35	Plano de saúde; plano odontológico; vale-transporte; seguro de vida.

Fonte: Dados básicos: Cáritas Brasileira (2022).
Elaboração própria.
(1) Os valores analisados foram extraídos do edital de PSS n° 19/2022, publicado em setembro de 2022. Realizou-se a correção monetária conforme a inflação/IPCA (vide coluna Salário Corrigido IPCA). Utilizou-se a "Calculadora do Cidadão" do Banco Central, bem como foram considerados como período inicial o 01/2022 e final 01/2024.
(2) Apresenta divergência de nomenclaturas do cargo ao longo do documento.

Quadro 4 - Organização/projeto: Cáritas: Prefeitura de Belo Horizonte – Programa Moradia Cidadã-BH
Data documento referência: 11/2024

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	BENEFÍCIOS
Coordenador (a) de projeto	Ensino superior	40h	R$ 5.016,73	Plano odontológico; plano de assistência familiar; seguro de vida; auxílio farmácia; vale refeição.

Quadro 4 - ORGANIZAÇÃO/PROJETO: Prefeitura de Belo Horizonte – Programa Moradia Cidadã-BH
DATA DOCUMENTO REFERÊNCIA: 11/2024 - continuação

CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	BENEFÍCIOS
Coordenador (a) administrativo	Ensino superior	40h	R$ 4.556,70	Plano odontológico; plano de assistência familiar; seguro de vida; auxílio farmácia; vale refeição.
Técnico de nível superior	Ensino superior (Serviço social, psicologia, terapia ocupacional ou enfermagem)	30h	R$ 3.374,77	Plano odontológico; plano de assistência familiar; seguro de vida; auxílio farmácia; vale-refeição.
Educador social / Redutor de danos	Ensino médio completo	40h	R$ 1.914,00	Plano odontológico; plano de assistência familiar; seguro de vida; auxílio farmácia; vale-refeição.
Educador social/ Educador par	N/A (cita-se vivência em situação de rua e/ou experiência em função congênere.)	40h	R$ 1.914,00	Plano odontológico; plano de assistência familiar; seguro de vida; auxílio farmácia; vale-refeição.

Fonte: Dados básicos: Belo Horizonte (2024).
Elaboração própria.

Observações:

a) os valores apresentados foram retirados de documentos disponibilizados para consulta pública. Para a determinação exata das diferenças remuneratórias, é necessária a aplicação de metodologias específicas, que demandam informações não disponíveis nos documentos analisados;

b) assim como, as nomenclaturas dos cargos, as atribuições podem variar ligeiramente entre as organizações, gerando possíveis impactos nos cálculos salariais;

c) não foi realizada uma análise comparativa dos benefícios oferecidos pelas organizações. Recomenda-se considerar fatores como abrangência da cobertura, taxas de coparticipação (quando aplicáveis), descontos e outros elementos relevantes.

APÊNDICE B: TAMANHO DE EQUIPE *HOUSING FIRST*: SAM TSEMBERIS

Equipe do projeto recomendada no guia *Moradia Primeiro: o modelo* Pathways *para acabar com a situação de rua para pessoas com distúrbios de saúde mental e de abuso de substâncias*[2] (Tsemberis, 2010)[3].

No guia, o autor separa os trabalhadores em duas equipes de suporte, uma mais focada em saúde mental e outra em gerenciamento e apoio dos casos. Além dos profissionais listados abaixo para cada equipe, há o coordenador do projeto, os especialistas em moradia e a equipe de apoio administrativo.

A equipe de Tratamento Comunitário Assertivo (TCA) é focada em atender pessoas com transtornos mentais graves, como esquizofrenia, bipolaridade ou depressão profunda. O número de pessoas atendidas por profissional deve seguir uma taxa de 1:10, ou seja, uma equipe de sete profissionais deve atender 70 pessoas (Tsemberis, 2010, p. 96). O especialista em moradia não deve entrar nessa conta, uma vez que ele executa uma função diferente do restante do time. A seguir, estão listados os integrantes da equipe e as proporções de atendimento de alguns profissionais:

a) coordenador (a) de equipe;
b) psiquiatra (1:100);
c) médico(a) da família ou enfermeiro(a) clínico(a) (1:200);
d) enfermeiro(a);
e) agente social par (que tem histórico de situação de rua);
f) terapeuta ocupacional (opcional);
g) especialista em saúde mental (assistente social ou psicólogo(a));
h) especialista em recuperação de doenças;
i) especialista em empregabilidade assistida;
j) especialista em tratamento do uso de substâncias;
k) assessor do programa.

A equipe de Gerenciamento Intensivo de Casos provê apoio individualizado às pessoas atendidas. O número de pessoas atendidas por profissional pode variar de 10 a 20, dependendo da complexidade dos casos (Tsemberis, 2010, p. 130-132). Fazem parte dessa equipe:

a) coordenador (a) de equipe;

[2] Tradução livre. Em inglês: Housing First: the Pathways Model to End Homelessness for People with Mental Health and Substance Use Disorders.
[3] Tradução livre do nome da equipe e dos profissionais.

b) gerenciadores (as) de casos específicos (assistentes sociais, psicólogos (as), enfermeiros (as), especialistas em tratamento do uso de substâncias ou pessoas com formação em outras áreas das ciências humanas que tenham experiência de atendimento). Agentes sociais par também são altamente recomendados;
c) assessor do programa.

APÊNDICE C: TAMANHO DE EQUIPE *HOUSING FIRST*: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Segundo o Plano de Trabalho do projeto Moradia Cidadã BH, de novembro de 2024, que atenderá 100 pessoas/famílias nos moldes da metodologia Moradia Primeiro, “para o suporte técnico, operacional e administrativo, o município contará adicionalmente com a formalização de uma parceria de Organização da Sociedade Civil, que deverá disponibilizar, uma equipe mínima de 33 (trinta e três) profissionais” (Belo Horizonte, 2024, p. 14-15), conforme a seguir:

a) coordenador de projeto: 1;
b) coordenador administrativo: 1;
c) gestor de moradia e de riscos: 2;
d) auxiliar administrativo: 1;
e) técnicos de nível superior — assistente social: 7;
f) técnicos de nível superior - psicólogo: 7;
g) técnicos de nível superior - terapeuta ocupacional: 2;
h) educador social (redutor de danos): 5;
i) educador social (educador par): 3;
j) serviços gerais: 2;
k) porteiro/vigia: 2.